

PANTANAL MATO-GROSSENSE UM CASO DE CONFLITO ECOLÓGICO

PANTANAL MATO-GROSSENSE A CASE OF ECOLOGICAL CONFLICT

Carlos Gomes de Carvalho^{8*}

RESUMO: O artigo aborda as questões históricas que envolvem a ocupação socioeconômica e ambiental da região dos Pantanaís Mato-grossenses, numa perspectiva dos conflitos ecológicos. Recupera-se o processo histórico desde o século XVII até o final do século XX referente a cada uma das unidades desse ecossistema.

Palavras-chave: Pantanaís. História. Mato Grosso. Socioeconomia. Meio ambiente.

ABSTRACT: The article addresses the historical issues that involve the socio-economic and environmental occupation of the region of the Pantanaís Mato-grossenses, in a perspective of the ecological conflicts. The historical process has been restored since the XVIIth century until the end of the XXth century concerning each one of the units of this ecosystem.

Keywords: Pantanaís. History. Mato Grosso. Socio-economy. Environment.

A beleza selvagem encantatória de uma paisagem única, luxuriante e de vida pulsante, “onde pululam vermes de animais e plantas e subjaz um erotismo criador genésico”, na expressão de Cavalcanti Proença, resulta, como o quer outro de nossos poetas, Manoel de Barros, “a pura inauguração de um outro universo. Que vai corromper, irromper, irrigar e

recompor a natureza”. Esse microcosmo extraordinário para a vida selvagem e para o bicho Homem está ameaçado por seu maior beneficiário – o próprio Homem.

Aqui se pretende uma síntese dos elementos geográficos, históricos e ecológicos componentes do Pantanal, em mais uma tentativa de se colocar esse fabuloso universo na consciência nacional.

⁸ Advogado, professor e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, do Instituto dos Advogados Brasileiros (RJ), da Academia Mato-Grossense de Letras, entre outras. Publicou, na área de História, os seguintes livros: Mato Grosso – Terra e Povo, Viagens ao Extremo Oeste – Desbravadores, aventureiros e cientistas nos caminhos de Mato Grosso, A Poesia em Mato Grosso, No distante Oeste a primeira crítica de teatro no Brasil. cg.carvalho@uol.com.br

Aspectos geofísicos do complexo pantaneiro

O complexo do Pantanal é uma vastíssima região de planície – uma das maiores de base interior do planeta – com características morfoestruturais únicas.

Constituído pelo rio Paraguai e seus afluentes, o Pantanal extravasa a fronteira geopolítica brasileira para atingir terras da Bolívia, do Paraguai e, ao se juntar ao Paraná, alcançar também a fronteira com a Argentina. Nesse percurso, o rio Paraguai banha, a partir de sua nascente no município de Diamantino, até a sua confluência com o Paraná, uma extensão de 2.621 km, sendo 1.693 km em território brasileiro.

Localizado entre os paralelos de 16° e 22° de latitude Sul e os meridianos de 55° e 58° de longitude oeste, mede, em território nacional, entre 400 e 500 quilômetros no sentido norte-sul, e de 200 a 300 quilômetros na direção leste-oeste, abrangendo, pois uma área em torno de 133 mil quilômetros quadrados.⁹

O Pantanal, apesar do nome, não é uma região totalmente pantanosa, isto é, permanentemente alagada. As inundações se dão nos meses que se seguem às chuvas, com o rio invadindo as áreas mais baixas da planície, deixando totalmente submersas as terras quando formam um lençol de água, por vezes superior a trinta quilômetros de extensão, e que atingem mais de quatro metros de profundidade, mas mantendo livres

das águas alguns trechos mais altos onde os fazendeiros localizam as sedes das fazendas. Todavia, no período seco, a rede hídrica assume seu perfil natural, com os rios retornando a seu leito, quando, então, o lençol freático desce a um nível de mais de dez metros de profundidade.

A declividade da planície da bacia do Paraguai varia, na direção de leste para o oeste, de 0,5 a 0,3 m/km e, no sentido norte-sul, de 3 cm a 1,5 cm por km, daí a dificuldade e lentidão no escoamento das águas de todos os tributários da bacia. As chuvas são parcialmente controladas pela topografia, com seus valores máximos, em torno de 2.000 mm anuais, ocorrendo no noroeste e no norte da bacia, na região de Chapada dos Guimarães.

Os Pantanaís

Parece já existir consenso entre os estudiosos da Ecologia da região de que a denominação de Pantanaís Mato-grossenses, assim no plural, é mais correta que a usual e tradicionalmente utilizada. Conforme expõe Silvia Maria Alvarenga [ALVARENGA, 1989, p. 65] “[...] a denominação de planícies e pantanaís mato-grossenses admitida no plural, em vez de Pantanal de Mato Grosso, parece mais adequada, segundo Sanchez (1977), porquanto esta área dos pantanaís não reflete as etapas típicas de morfogênese dos pântanos. A evolução da área, caracterizada pelos processos de acumulação,

⁹Existem divergências quanto a esses números, variando de autor para autor: a) 496.000 km², em áreas do Brasil, da Bolívia e do Paraguai, sendo que 396.800 km², em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pequeno trecho do Estado de Goiás, segundo o IBGE (Geografia do Brasil, vol. I, 1989); b) 393.597 km², dos quais 186.333 km² em Mato Grosso (21,1% de seu território) e 207.264 km² (ou 59,1%) de Mato Grosso do Sul, conforme os dados publicados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai/EDIBAP (mimeo. 1981); c) 400 km na linha Norte – Sul e 250 km, em média, na direção leste - oeste, conforme Avelino Ignácio de Oliveira e Pedro de Moura – (“Geologia na região de Corumbá e minérios de manganês e ferro do Urucum”, In: Boletim do DNPM nº 62, RJ, 1944); d) 800 km de comprimento e 400 km na maior largura, com uma área de 320 km² segundo Rondon (Relatório da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, 1901-1907); e) 770 km de norte a sul, com uma área de cerca de 100.000 km² em território brasileiro, de acordo com Fernando M.F. de Almeida

encerra fatores de controle variáveis para cada pantanal, que se relaciona a sub-bacias, dotadas de dinâmica fluvial complexa.” Já Amélia A N. Moreira (1977, p. 16) chega a considerar impróprio o nome Pantanal, pois, conforme diz, “[...] a despeito do que muitos julgam, não é uma região permanentemente alagada, semelhante a um pântano mesmo durante as cheias, como sugere o nome.” E, em Contribuição para a geologia do petróleo no sudoeste no Mato Grosso, Glycon de Paiva (1977) informa didaticamente que “Pantanal é tudo quanto jaz na baixada até a altitude de 110 metros; é o lugar dos leitos maiores dos cursos da Bacia do Paraguai; é a superfície formada pela coalescência destes.”

Os pantanais mato-grossenses são, pois, um ecossistema estreitamente vinculado ao regime hidrográfico da bacia do alto rio Paraguai.

O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, na serra das Araras (Araraporé), entre os municípios de Diamantino e de Alto Paraguai, e, tomando a direção geral norte-sul, atravessa a imensa planície sedimentar até encontrar-se com o rio Apa. Nesse curso, a rede drenagem da bacia do alto Paraguai enfrenta distintas regiões fisiográficas: os planaltos, com altitudes que variam de 700 a 1.200 metros; a depressão do alto Paraguai-Guaporé, com cotas entre 150 a 700 metros, e, embutida nessa depressão, a região dos pantanais, com altimetrias que oscilam entre 80 e 150 metros.

Graças às imagens de radar geradas pelo satélite Landsat, que levaram em conta aspectos estruturais, morfológicos, pedológicos e de cobertura vegetal típicos, foi possível identificar doze padrões de pantanais. São eles:

1) o Pantanal do Corixo Grande – Jaurú – Padre Inácio – Paraguai, também conhecido como Pantanal do Descalvado;

2) o Pantanal do Cuiabá – Bento Gomes – Paraguaizinho, chamado de Pantanal de Poconé;

3) o Pantanal de Itiquira – São Lourenço – Cuiabá, ou Pantanal de Pirigara;

4) o Pantanal dos Paiaguás;

5) o Pantanal do rio Taquari;

6) o Pantanal do rio Negro;

7) o Pantanal do Jacadigo – Nabileque;

8) o Pantanal do Miranda – Aquidauana;

9) o Pantanal do Tarumã – Jibóia;

10) o Pantanal do Aquidabã;

11) o Pantanal do Branco – Amonguijá, e,

12) o Pantanal do Apa.

Esta enorme diversidade fisiográfica, somada à latitude e à vasta extensão territorial, reflete sobre o regime hidrográfico e sobre a morfodinâmica fluvial, dando, assim, características peculiares aos estados de tempo habituais da bacia.

Três são os fatores responsáveis, conforme

e Miguel Alves de Lima (Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-grossense, Conselho Nacional de Geografia, RJ, 1959); f) 450 km de comprimento por 280 km de largura, na altura de Corumbá, com uma superfície aproximada de 100.000 km² para Orlando Valverde (“Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do município de Corumbá”, Revista Brasileira de Geografia, RJ, 1972); g) 630 km de norte a sul, variando a largura de 100 km a 250 km, com uma superfície total de 200.000 km², para Lécio Gomes de Souza (História de uma região: Pantanal e Corumbá, São Paulo: Resenha Tributária, 1973); h) 393.000 km²., sendo 139.000 km². de área inundável, 10.688 km² de chaco ou pântano e 243.909 km² de região seca, conforme o projeto de Lei apresentado pelo dep. federal Márcio Lacerda (Projeto de Lei nº 6.393 de 17/09/85, declarando o Pantanal área reservada. Não foi aprovado em plenário); i) 600 km no sentido norte-sul e 200 km de largura máxima, segundo a Grande Enciclopédia Delta Larousse.

Orlando Valverde, [VALVERDE, 1977] pela regularidade do regime fluvial do Paraguai:

a) chuvas periódicas anuais, de máxima regularidade, que caem na bacia, especialmente nos afluentes superiores;

b) a extensa zona de inundação e represamento representada pelo Pantanal, que alimenta o sistema durante a estação seca, e,

c) os fracos desníveis no perfil longitudinal e a grande uniformidade na declividade geral de Cáceres até a sua foz.

As chuvas

O período chuvoso tem início em setembro-outubro e vai a março-abril, com o máximo de precipitações em dezembro-janeiro. É nos meses de janeiro a março, na parte sul, e de março a abril, no norte, que os rios da região extravasam seus leitos, inundando longos trechos da baixada. Graças à topografia, que atua como um grande reservatório de água, existe uma defasagem de 1 a 5 meses entre as vazões de entrada e saída.

Estudos realizados ao longo dos anos constataram os seguintes índices médios de vazões do Paraguai e seus afluentes: em Cáceres, 382 m³/s.; em Cuiabá, 288 m³/s (o Paraguai); em Coxim, 263 m³/s. (o Taquari); em Ladário, 1.261 m³/s. e Porto Murinho, já na fronteira, 1.555 m³/s. A estacionalidade das chuvas é maior no norte, com 50% da precipitação ocorrendo nos três meses mais chuvosos; já no sul, com a entrada de frentes frias, essa concentração não atinge 40%.

Os autores classificam a intensidade dos fenômenos das inundações em três tipos: as “comuns”, atingindo pequenas áreas, sem realimentação dos

corixos e das lagoas distantes; as “médias ou extraordinárias” que são regulares, e ao redistribuírem a água através de corixos alimentam lençóis subterrâneos distantes dos leitos fluviais; e as enchentes excepcionais que atingem grandes extensões e causam alguns danos, sob o ponto de vista socioeconômico. Essas enchentes formam lagoas, pequenas algumas e outras de caráter permanente, que se ampliam e, através de braços d’água, se interligam.

Desse fenômeno nasceu uma toponímia típica criada pelo povo pantaneiro para denominar as consequências das cheias: as “baías”, que se apresentam sob a forma de lagoas circulares ou elípticas, são formadas pelas águas que, escapando do leito, invadem os terrenos mais baixos, sendo que algumas dessas podem ser permanentes. Na estiagem as águas descem, provocando uma intensiva evaporação, que resulta na precipitação de evaporitos em toda a área. Surge daí as salinas, locais para onde aflui o gado para beber a água ligeiramente salgada. Nas cheias excepcionais, o volume de água amplia o tamanho das “baías” e, através de canais chamados de “corixos”, elas se ligam umas às outras, constituindo as “vazantes”. Os terrenos elevados, com altitude entre 3 e 6 metros acima do nível da planície que permeiam as “baías”, são conhecidos como “cordilheiras”.

O clima

Como já se viu anteriormente, o clima da região é determinado tanto pela localização geográfica na zona tropical, como, de modo secundário, pelo relevo.

A flora

A flora do complexo Pantanal pode ser dividida

em quatro províncias fitogeográficas: Cerrados, Floresta Amazônica, Floresta Atlântica e Chaco.

Os Cerrados estendem-se por quase todo o Pantanal e por metade dos planaltos e serras da região; a Floresta Amazônica ocupa uma parte do norte e do noroeste, constituindo-se ainda na principal área de vegetação; a Floresta Atlântica ocorre nas serras do sul da região, apresentando-se mesclada de cerrados e bosques, e a província chaquenha, constituída principalmente por matas densas de quebracho e aroeira e por planícies de savanas.

Aspectos históricos e econômicos

A região do Pantanal vem sendo percorrida desde já as primeiras décadas do descobrimento. Notícias dão conta da passagem do português Aleijo Garcia, por volta de 1524, em buscas das míticas riquezas dos reinos indígenas do extremo Oeste. Nas décadas seguintes, as informações falam da primazia dos espanhóis que, desde a região onde hoje se localiza Assunción, partiram pelo rio da Prata, continente adentro. Trajetórias semelhantes fizeram Juan de Ayolas, Sebastián Caboto, Cabeza de Vaca e outros espanhóis, bem como o feito extraordinário de Antônio Raposo Tavares que, tendo saído de Guairá, atravessou o Paraguai e chegou aos Andes, retornando depois pelo vale amazônico.

A tenaz resistência oposta por Paiaguás, Guaicurus, Nuaras, Xaraiés e outras nações, além da natureza inóspita, tornaram extremamente dificultosa a penetração na região de modo mais permanente. Isto só veio a se dar, de modo mais definitivo, já no século XVIII. Com a descoberta do ouro de aluvião, nos albores deste século, e a firme e decidida determinação da geopolítica do governo português, a região começou

a ser povoada.

A par do surgimento espontâneo, ao longo dos afluentes do Paraguai, sobretudo do Cuiabá, de pequenos núcleos de mineradores, fortes e vilas foram sendo plantadas ao longo dos cursos do Guaporé e do Paraguai. São Francisco Xavier e Pouso Alegre (Vila Bela da Santíssima Trindade), o presídio de Iguatemi, o forte do Príncipe da Beira, Vila Maria do Paraguai (S. Luiz de Cárceres), São Pedro D'El Rey (Poconé), Albuquerque (Corumbá), o forte de Coimbra e Miranda surgiram entre a segunda metade do século e o início do século XIX. O ouro e as fortificações foram os propulsores da presença branca na vasta planície pantaneira.

Com a queda da produção aurífera, a economia da região praticamente se estagna. Nas décadas seguintes a região encontraria a sua vocação na expansão da pecuária, as fazendas que aí se estabeleceram encontraram um ecossistema ideal à criação do gado vacum. Paralelamente, porém, se desenvolvia uma incipiente agricultura, basicamente voltada para a subsistência, com uma produção relativa de cana-de-açúcar, que com o tempo decresceu.

Por um longo período e até o fim dos anos cinquenta deste século, a característica da economia regional e do Estado, mesmo, está basicamente estruturada na predominância da atividade agropastoril, com uma extrema dependência do mercado forâneo. A produção agrícola, estreitamente vinculada à demanda nacional, mostrou um maior dinamismo do crescimento. A inexistência de tecnologia apropriada, com uma exploração de caráter extremamente extensivo, a abundância de terras com preço insignificante e a distância relativamente grande dos maiores mercados consumidores, condicionaram por

longos anos a expansão da economia. De outra parte, o desenvolvimento do setor secundário ficou limitado à transformação elementar de certos produtos agrícolas.

O século XX e os planos econômicos

É somente a partir dos anos sessenta do século passado que vai se dar, sobretudo na região sul, uma expansão significativa da economia. Essa fase mais recente do crescimento econômico regional vai encontrar, na integração de novas áreas agrícolas, o seu principal fator de dinamismo. Nesta fase, novas tecnologias exploratórias vão ser incorporadas. A expansão se dá no sentido sul-norte, a partir da ocupação das terras altas que contornam a bacia pantaneira, ou seja, desde Campo Grande, passando por Coxim, Rondonópolis e Cuiabá, até Cárceres.

É necessário, porém, assinalar-se que nem sempre a expansão da área agrícola corresponde à existência de uma variedade de culturas, já que tem predominado a produção do arroz de sequeiro e, só nos anos mais recentes, da soja. Por outro lado, é igualmente frequente que, após o desmatamento o plantio inicial de arroz, seja substituído por pastagens.

A rodovia Belém-Brasília e, posteriormente, a Cuiabá-Santarém atraiu para a região da bacia pantaneira um expressivo fluxo de capitais e de migrantes. Ao mesmo tempo essa dinamização da economia regional e a crescente presença de organismos governamentais federais dispersam a presença humana para o contorno físico mais amplo, isto é, para além dos núcleos historicamente centrais do Pantanal. Assim, Campo Grande, como novo centro político-administrativo regional, a região ao norte de Rondonópolis e de Cuiabá e toda a área de atuação do

Polonoroeste, estimulando a ocupação dos cerrados, contribuíram para, a partir da década de setenta, deslocar da área do Pantanal a presença mais significativa que este tradicionalmente teve.

Neste período, apesar das deficiências infraestruturais, como as localizadas no setor de transportes, energético e de comunicações, a vasta região da bacia do alto Paraguai, teve uma significativa participação na geração de riquezas. Nos vinte anos que medeiam, entre 1959 e 1980, a participação percentual (em relação às áreas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) vai de 65,1% (em 1959) para 69,3% (em 1980), com aumento representativo da renda per capita.

Paralelamente, começa a ter início um processo diversificador da produção econômica. E, embora a pecuária continuasse por se constituir ainda no principal elemento econômico, a agricultura e a incipiente produção industrial mostraram, em termos percentuais, um crescimento superior.

Nos anos seguintes, a par do aumento das áreas de pastagens, a área agrícola cresce igualmente, acentuando-se a importância do setor terciário, com a diminuição significativa da produção mineral. A indústria se concentra em alguns poucos produtos de transformação de bens primários, enquanto que o terciário está representado nos setores de pequeno e médio comércio e do governo. Com efeito, a atuação do governo, a partir da década de 60, cresceu a taxas ligeiramente superiores a média do setor secundário, graças particularmente a uma presença mais forte seja pela ampliação das empresas públicas ou pela expansão da rede escolar.

Todavia é imperioso assinalar-se que a microregião pantaneira vive, ainda hoje, as mesmas

agruras do passado, idênticas às outras regiões de Estados periféricos do desenvolvimento nacional, qual seja, a dependência dos produtos industriais, o que a faz assumir um perfil monoexportadora e multi-importadora. Produtos vitais para a economia agropastoril, como, por exemplo, adubos e fertilizantes, defensivos agrícolas, arame etc., sofrem aumento de preços que não são acompanhados pelos produtos primários ali produzidos. Essa defasagem resulta numa crescente perda do poder aquisitivo, refletindo, assim, um empobrecimento regional, que foi se acentuando com a diminuição da produção mineraria.

A origem dos núcleos urbanos, inicialmente agregados às circunstâncias mineraria (ouro e em pequena escala o diamante) e a geopolítica de defesa das fronteiras, com a construção dos fortes e presídios, após serem decorrentes de entrepostos de comercialização pecuário-agrícola ou de apoio na produção das usinas de açúcar ou de borracha, passou, nos anos de meados deste século, a ser condicionada pela frente de ocupação agrícola. A estrutura urbana regional está hoje fortemente dependente das rodovias e da eficiência dos transportes. Neste sentido, em território mato-grossense os grandes polos de atração da região são as cidades de Cuiabá e Rondonópolis, sendo em nível mais amplo Goiânia, as cidades do Triângulo Mineiro e, por fim, São Paulo.

Os municípios tidos como pertencentes à bacia do Pantanal são Acorizal, Arenópolis, Alto Paraguai, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cuiabá, Chapada dos Guimarães (parcialmente), Cáceres, Nossa Senhora

do Livramento, Nobres, Nortelândia, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Tangará da Serra, Várzea Grande. No “Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai” foram incluídos ainda: Alto Araguaia, Alto Garças, Dom Aquino, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Rondonópolis, Pedra Preta, Poxoréu e Mirassol do Oeste.¹⁰

A questão ecológica

Raras regiões do país e nenhuma em Mato Grosso receberam tantas atenções governamentais no sentido da defesa ambiental e ecológica quanto o Pantanal... pelo menos nos planos e projetos.

O constituinte de 88 ergueu a proteção do Pantanal à altura de um mandamento constitucional. Está lá, no parágrafo 4º do artigo 225, que o Pantanal Mato-Grossense – ao lado da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar e da Zona Costeira – é “[...] patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.” Infelizmente, pelo que se vem observado, este é mais um dos vários dispositivos desrespeitados.

O ecossistema pantaneiro é uma área de frágil e precário equilíbrio ecológico. Se do ponto de vista geológico é considerado ainda em formação, seu quadro fitogeográfico se constitui numa transição entre o Cerrado, a Savana, a Mata Atlântica, o Chaco e o ambiente Amazônico, numa impressionante multivariabilidade de espécies de vegetação. Ao mesmo

¹⁰ O Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai foi proposto pela Comissão de Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai - EDIBAP, com início em julho de 1977 para vigência até março de 1981.

tempo em que abriga uma extraordinária avifauna, uma riquíssima ictiofauna e animais terrestres em quantidade muito grande.

Sobre essa riqueza, contudo, pesa uma ameaça grave e constante. Durante séculos, como vimos anteriormente, o homem manteve uma relação simbiótica com a natureza local. O processo de ocupação não só era lento e compassado como se fez com a agricultura de subsistência e com a presença do gado, que se adaptou muito bem, criando, inclusive, características próprias. Todavia, o crescente alargamento da fronteira agrícola, a partir dos anos sessenta, tornou o Pantanal cada vez mais vulnerável e suscetível a ameaças ao equilíbrio de seu ecossistema.

Têm início nessa época as preocupações oficiais com a exploração das potencialidades econômicas do complexo do Pantanal. Se com tais iniciativas houve de positivo uma tentativa mais racional de conhecimento científico desse ecossistema, não se pode deixar igualmente de serem assinalados os equívocos cometidos. Aqui, pela natureza deste texto, veremos apenas algumas dessas particularidades.¹¹

Em maio de 1974 foi criado o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal Mato-grossense – Prodepan, talvez a primeira tentativa de sistematizar o aproveitamento econômico do Pantanal. Conforme a publicação *Características e*

Potencialidades do Pantanal Mato-grossense,¹² o Prodepan tinha por objetivo uma programação que envolvia a melhoria do transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário com a construção de estradas, o aumento da oferta de energia elétrica, incentivo à agropecuária, irrigação e drenagem, edafologia, industrialização, saúde, saneamento rural e levantamento aerofotogramétrico. Projeto ambicioso e que praticamente não saiu do papel, mas que se repetiria em todos os planos seguintes. O Prodepan seria desativado seis anos depois.

Em março de 1977 foi assinado, entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas, conhecido como PNUD, o Convênio de Cooperação Técnica, que deu origem ao Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai – EDIBAP. Com a atuação prevista para durar até março de 1981, o convênio atribuía à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco a coordenação das atividades do Estudo e à OEA – Organização dos Estados Americanos a implementação do plano de trabalho.

Com levantamentos aerofotogramétricos feitos pelo Projeto Radambrasil, foram produzidas importantes informações sobre o solo e a aptidão agrícola das terras, com a identificação das áreas de maior potencial florestal. Daí resultou um estudo que dava ênfase ao estabelecimento na região de uma

¹¹ Apenas de passagem, digo que é necessário discutir sempre, quando se trata do tema “desenvolvimento” em áreas de tensão ecológica, como o Pantanal, por exemplo, qual o conceito orientador do desenvolvimento proposto. É oportuno recordar que, à época, vivia-se o autodenominado “milagre econômico”, com o perfil estridente, propagandeado pelos quatro cantos, representado pelas obras faraônicas, cujo exemplo mais expressivo era o da Transamazônica, da qual resultaram as terríveis consequências ambientais e sociais posteriormente conhecidas.

¹² Editado pelo – Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, v. 10.

infraestrutura de transportes e de industrialização de matérias-primas, á expansão da oferta de energia elétrica, á regularização dos cursos d'água e ao desenvolvimento do setor pecuário. E, muito embora fizesse referência à necessidade de atenção á proteção ambiental e à conservação dos recursos naturais, ao prever a construção de barragens para a produção de energia, para facilitar a navegação, possibilitar a irrigação e o controle das enchentes, assim como a construção de estradas, desencadeou uma série de protestos, inclusive vindos do exterior.

De fato, a construção de barragens para o controle de enchentes – uma especificidade da ecologia do Pantanal – representam um enorme contrassenso. Na realidade, as enchentes anuais compõem o equilíbrio do ecossistema e tanto os vegetais como os animais e a população humana estão secularmente adaptados a estas circunstâncias naturais. As barragens, ao contrário, ameaçam esse equilíbrio ao invés de mantê-lo. Por sua vez, as estradas, das quais a mais “famosa” ficou conhecida como “Transpantaneira”, não teve melhor sucesso.¹³

De toda forma, no que diz respeito ao projeto oficial como um todo, ele não foi adiante.

No início da presente década foi introduzido, com recursos do Banco Mundial, o Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso – Prodeagro, com o objetivo de realizar estudos e atividades de manejo ambiental em áreas do Estado, inclusive no Pantanal, e que se encontra em desenvolvimento. Em setembro de 1994, o governo estadual lançou o Programa de Desenvolvimento Integral do Pantanal – Prodeipan. A ação do programa envolve cinco pontos básicos: saneamento ambiental dos municípios da bacia; construção da estrada parque, fomento ao turismo ecológico, estudos e pesquisas zoobotânicas e recuperação das áreas degradadas. Os recursos previstos para a realização desse programa seriam oriundos dos cofres estaduais, do governo federal e de organismos internacionais, estando orçados, conforme se divulgou na ocasião de seu lançamento, em setembro de 1994, na ordem de 700 milhões de dólares.

Não obstante, a preocupação com o Pantanal

¹³ A construção, em 1979, de uma enorme barragem de concreto (em torno de 400 km com a altura média de 3,5 m.), na fazenda São João, ás margens do rio Cuiabá, vem provocando, desde então, a inundação quase que permanente numa vasta área do município de Barão de Melgaço. Essa barragem gerou, nos anos seguintes, uma série muito grande de protestos, sobretudo de fazendeiros da região, contra os proprietários da fazenda, o grupo Camargo Corrêa. Todavia, de nada adiantaram. Essa barragem, no entanto, serve muito bem para espelhar o absurdo que representa a intervenção humana, na construção de barragens e diques, no ecossistema pantaneiro.

Outro aspecto altamente discutível foi o representado pela construção da estrada que ficou conhecida como “Transpantaneira”. A sua construção, idealizada pelo governo do Estado (Codemat), teve início em setembro de 1972 para ser a ligação, através do Pantanal, passando por Poconé e chegando a Porto Jofre, entre Cuiabá e Corumbá. Na realidade o ambicioso projeto inicial previa uma malha de estradas vicinais que, a partir da estrada tronco, rasgaria o pantanal. Ao todo seriam 1.100km de aterros permanentes (com altura média de até 2 e 3 metros mas podendo chegar, em alguns casos, a até 4 metros) e de centenas de pontes. Vivia-se à época da euforia do “Brasil Grande”, política com a qual o regime militar, realizava obras mastodônticas e sem planejamento real. A Transpantaneira inseria-se assim no contexto do “grande projeto nacional”, no qual ela seria um prolongamento natural da BR-163 (Cuiabá – Santarém) e da Transamazônica, como uma extraordinária ligação entre as bacias Amazônica e do Prata. A construção, muito embora envolvesse centenas de homens, máquinas e recursos consideráveis, transformou-se numa luta insana e inconsequente contra a natureza. Esta acabou vencendo. Vinte e quatro anos depois a Transpantaneira – que em seu lançamento foi cognominada na imprensa da época como a “mais fantástica rodovia do planeta – é um arremedo da pretensão original”. Pouco mais de dez por cento da estrada foi erguida: são 147 km e cerca de 120 pontes mal conservadas.

não tem se dado apenas, felizmente, sob esse prisma “desenvolvimentista”. Em 1981, pelo Decreto nº 86.392, de 24 de setembro, foi criado o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, localizado no município de Poconé, abrangendo uma área de 13.000 hectares, e nesse mesmo ano, pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho, foi criada a Estação Ecológica de Taiaimã, às margens do rio Paraguai, no município de Cáceres, com uma área de 11.200 ha.

Finalmente, a Constituição da República promulgada em 1988 consagrou o Pantanal como patrimônio nacional, estabelecendo que a sua utilização só se faça em condições que assegurem a preservação de seus recursos.¹⁴

A fragilidade do Pantanal

O Pantanal, pelas suas peculiaridades, é um dos ecossistemas mais frágeis do planeta. Hoje, ele está sob fortes e multivariadas formas de pressão: demográfica, econômica, político-social, agrícola, fundiária todas refletindo perigosamente sobre a sua ecologia, grosso modo podem ser relacionados no mínimo dez perigosos inimigos do ecossistema pantaneiro, todos eles vinculados à ação do homem.

Vejam, sucintamente:

1. Desmatamento nas cabeceiras e margens dos rios, resultando em erosão, assoreamento e turbidez das águas;

2. Avanço das plantações, tanto nas bordas quanto dentro mesmo da área mais baixa, com o uso de herbicidas e agrotóxicos os mais variados;

3. Construção de diques para a contenção de enchentes e canais de irrigação.

4. A crescente abertura de novas frentes agrícolas, realizando, sem controle e qualquer monitoramento, a derrubada da vegetação, inclusive das matas de galeria, que dão sustentação às margens dos rios, e a sua posterior queimada, somada à movimentação da terra (aração), carrega para os rios volume imenso de terra que vai assoreá-los, entupindo os seus leitos e canais.

Da mesma forma, as águas das chuvas carregam para os córregos, corixos e destes para os rios, os resíduos dos agrotóxicos. Neste particular, há de assinalar-se que na década de 80 a microrregião do Alto Taquari, reunindo os municípios de Alto Taquari e Alto Araguaia, em MT, e Coxim, Pedro Gomes. São Gabriel do Oeste, Camapuã e Costa Rica, em MS,

¹⁴ Em 1987 a Subcomissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Assembleia Nacional Constituinte, após percorrer parte do Pantanal, levantou a ideia de ser sugerido à Unesco o tombamento do Pantanal como patrimônio da humanidade, á semelhança do que já ocorreu, por exemplo, com Brasília e Ouro Preto, entre outras cidades.

Constituição da República:

Art. 225 – 4º - “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Constituição do Estado de Mato Grosso:

Art. 273 – “O Pantanal, o Cerrado e a Floresta Amazônica Mato-Grossense constituirão polos prioritários da proteção ambiental e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Parágrafo Único – O Estado criará e manterá mecanismos de ação conjunta com o Estado de Mato Grosso do Sul, com objetivo de preservar o Pantanal Mato-Grossense e seus recursos naturais.”

sofreu um ritmo intenso de desmatamento, que alterou completamente o seu perfil com enormes prejuízos para a ecologia..

5. Atividades garimpeiras.

Trata-se de uma das maiores ameaças ao conjunto do ecossistema e inclusive ao próprio homem. A ação deletéria do garimpo é irreversível. O quadro de paisagem lunar se nota claramente em todos os municípios pantaneiro – Poconé e Nossa Senhora do Livramento, sobretudo – onde houve uma verdadeira “corrida do ouro”. Crateras imensas se abrem, muitas na própria área urbana, montanhas de cascalhos, rios e córregos são assoreados, com alguns tendo seus cursos desviados, as lagoas e brejos vêm sendo soterrados, e a água, inclusive para o consumo humano e animal, está sendo poluída. Como componente desse quadro desolador está o uso criminoso do mercúrio. Dezenas de toneladas por ano são queimadas a céu aberto, além daquelas que são adicionados ao cascalho aurífero para facilitar a separação entre o ouro e o pedregulho. O mercúrio, em suas variadas formas de utilização, afeta o homem, a fauna, a flora e todos os recursos hídricos, de uma maneira desastrosa e permanente. As consequências funestas do mercúrio persistem ao longo de décadas, causando males inclusive em gerações futuras. Os garimpos promovem também o desmatamento das matas ciliares e das nascentes dos rios e córregos, contribuindo para que, em pouco tempo, deixem de ser permanentes, diminuindo o caudal e vindo, em muitos casos, até a secar definitivamente.

6. Barragens para açudes e hidrelétricas.

7. Usinas de álcool. Neste caso, pelo menos três elementos poluentes surgem potencialmente: a

utilização dos herbicidas nas culturas da cana-de-açúcar e o despejo de resíduos tóxicos como o vinhoto.

8. Pesca predatória e criminosa, sem obedecer ao período de reprodução (piracema) e ao tamanho mínimo dos peixes.

9. Caça ilegal e criminosa, representada tanto pelo avanço dos predadores de couro de jacarés e de outros animais, quanto os contrabandistas de animais vivos.

10. A poluição humana e industrial, oriunda das cidades e lugarejos ribeirinhos, que vem recebendo um crescente fluxo populacional. Há uma desordenada ocupação das margens dos lagos e lagoas pela construção de pousadas, pequenos hotéis, pesqueiros, residências de veraneio etc. Neste caso, além de não ter qualquer tratamento sanitário jogando-se os desejos na água, ainda existe a poluição visual.

11. Turismo não ecológico, que se realiza de forma inconsciente e de efeitos destrutivos.

12. Por último, e bem recentemente (janeiro de 1998), uma forma inusitada e inesperada de danoso impacto ambiental surge, ameaçando o ecossistema pantaneiro. As baías de Sá Mariana e de Xacororé, no município de Barão de Melgaço, uma das entradas do Pantanal, foram invadidas por construções de luxo. Residências, pertencentes a empresários e políticos influentes junto ao governo do Estado, ergueram na água rasa e nas margens, sob as vistas complacentes dos órgãos de fiscalização ambiental, verdadeiras “palafitas de luxo”. A ameaça sanitária e paisagística estava mais que evidente. Contudo, somente em abril, após denúncias feitas através da imprensa e, na sequência, com as iniciativas tomadas pelo Ministério

Público e pelo Juizado Volante Ambiental – Juvam, é que mínimas providências foram adotadas por aqueles organismos oficiais, resultando, então, no embargo das obras. Hoje se deparam esqueletos de concreto num desafio arrogante ao belo por do sol pantaneiro. Pelo menos até este momento em que escrevo, está obstaculizado o alastramento do que seguramente se tornaria num bairro de alto luxo e de extrema agressão ao Pantanal. O paradoxo, mais uma vez, está em que, nunca como agora, tanto o governo federal quanto o do estado de Mato Grosso receberam tantos recursos financeiros, sobretudo internacionais, para a

elaboração de tantos planos para a “defesa” da ecologia pantaneira.

A conclusão que se impõe só pode ser uma única: o Pantanal, à semelhança de tantos outros ecossistemas, está sob ameaça permanente das mais diversas ações ecocídeas e somente uma forte e coerente consciência preservacionista, acompanhada por uma atuação consistente da sociedade, poderá se antepor aos riscos da ambição do Homem. Em outras palavras, a proteção e a defesa do ecossistema pantaneiro depende de uma permanente vigilância da sociedade e não é tarefa apenas para o poder público.

Referências

- ALVARENGA, Sílvia Maria. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. I, 1989.
- MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. 4, 1977.
- PAIVA, Glycon de. Contribuição para a geologia do petróleo no sudoeste de Mato Grosso. In: Moreira, Amélia Alba Nogueira. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. 4, 1977.
- VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do município de Corumbá. In: Innocêncio, Ney Rodrigues. *Hidrografia*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. I, 1989.